

# ***Land Inequality and Rural Unrest: Theory and Evidence from Brazil***

Ricardo Ceneviva (UFABC)

4 de agosto de 2018

**Referência:** Albertus, Michael, Thomas Brambor, and Ricardo Ceneviva. “Land inequality and rural unrest: Theory and evidence from Brazil.” *Journal of Conflict Resolution* 62, no. 3 (2018): 557–596.

## **Comentário**

De forma simples, a análise espacial no artigo serve para captar “efeitos de vizinhança” entre municípios e mostrar que a relação entre concentração fundiária e conflito rural depende do que ocorre ao redor. Os autores constroem um painel municipal (1988–2013) com medidas anuais de desigualdade de terras (Gini da terra), eventos de conflito (invasões de terra e violência associada) e, crucialmente, um indicador de reformas agrárias realizadas em municípios vizinhos, dentro de um raio geográfico predefinido. Esse indicador resume, com ponderação por distância, expropriações e concessões de terra em municípios num raio de 100 km, captando o “risco de transbordamento” de invasões para áreas próximas (variável *Relevant Neighboring Reforms*).<sup>1</sup>

A lógica substantiva é a seguinte. Onde há elevada desigualdade fundiária, invasões “isoladas” são, em média, mais difíceis de conter, o que tende a aumentar a probabilidade de conflito. Mas quando há um ambiente regional “ativado” por reformas agrárias próximas, grandes proprietários se organizam coletivamente para dissuadir novas invasões, invertendo o sinal esperado da associação com a desigualdade. Em outras palavras, o efeito da desigualdade sobre o conflito é condicional à intensidade das reformas nos arredores; essa previsão decorre do mecanismo de coordenação entre elites locais acionado por ameaças percebidas de difusão (*spillovers*).<sup>2</sup>

Empiricamente, os autores implementam essa ideia em modelos de regressão com efeitos fixos e defasagens, nos quais a variável de conflito municipal é explicada por: (i)

<sup>1</sup>Material público do artigo (versão de trabalho): [ResearchGate](#). Definição operacional detalhada de *Relevant Neighboring Reforms* no apêndice: [appendix PDF](#).

<sup>2</sup>Ver discussão teórica e gráficos de efeitos marginais na versão pública e no material suplementar: [Figshare \(Replication Materials\)](#).

desigualdade de terras no próprio município; (ii) reformas agrárias nos municípios vizinhos (soma ponderada no raio de 100 km); e (iii) o termo de interação entre (i) e (ii). A definição operacional do componente espacial está documentada no apêndice: *Relevant Neighboring Reforms* é a soma ponderada de expropriações e concessões em municípios a até 100 km, e entra tanto de forma direta quanto interagida com o Gini da terra; todas as contagens são transformadas em log e as incertezas são tratadas com erros-padrão ajustados (robustez adicional inclui agrupar por mesorregião). Os resultados mostram coeficientes positivos para reformas vizinhas e para o Gini da terra, mas um coeficiente negativo e estatisticamente significativo na interação Gini×reformas vizinhas, exatamente o padrão “condicional” previsto pela teoria: conforme cresce a ameaça regional, a capacidade organizativa dos proprietários em áreas muito desiguais reduz o transbordamento de invasões para esses municípios, enfraquecendo o efeito líquido das reformas próximas sobre o conflito local.<sup>3</sup>

Do ponto de vista didático, há três mensagens sobre “como” a análise espacial entra no artigo. Primeiro, a espacialidade não é tratada apenas como “mapa”, mas como variável de contexto mensurada com uma regra explícita de vizinhança geográfica (buffer de 100 km e ponderação), o que torna o efeito de entorno observável e passível de teste. Segundo, a espacialidade é incorporada ao desenho econômico via termo de interação, permitindo estimar efeitos marginais de reformas vizinhas ao longo do gradiente de desigualdade municipal; os gráficos de efeito marginal no corpo do artigo mostram exatamente que o impacto de reformas próximas decresce quando a desigualdade local é alta, sinal de reação coordenada dos proprietários (evidência do mecanismo). Terceiro, há verificações de robustez “espaciais”, como a inclusão de defasagens de invasões em municípios vizinhos e diferentes agrupamentos dos erros-padrão, que confirmam que o resultado central não é artefato de correlação espacial não modelada (por exemplo, efeitos significativos para *Neighboring Reforms* e interação com o Gini permanecem sob alternativas de especificação).

Em síntese, a análise espacial no artigo opera ao transformar o “ambiente territorial” em variável mensurável — reformas agrárias no entorno — e ao estimar como esse ambiente condiciona a ligação entre desigualdade fundiária municipal e conflito. Isso permite demonstrar, com base em vizinhanças geográficas observadas, por que não existe um vínculo linear único entre concentração de terras e violência rural em todos os lugares e momentos: ele depende do grau de ameaça regional e da capacidade de coordenação dos proprietários nos municípios altamente desiguais.

*Observação:* Resenha submetida ao periódico *Contemporâneos*, da Universidade Federal do ABC (UFABC).

---

<sup>3</sup>Ver versão pública do artigo e o apêndice metodológico citados nas notas anteriores.